

● JUSTIÇA

Albuquerque implicado em suspeitas de corrupção e prevaricação

RICARDO DUARTE FREITAS
rdfreitas@dnnoticias.pt

Inspectores da Polícia Judiciária (PJ) e magistrados do Ministério Público estiveram ontem a fazer buscas em seis organismos públicos da tutela do Governo Regional, na sede da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM) e ainda em empresas e residências, no cumprimento de um mandado de busca e apreensão de documentos relevantes para a investigação ao contrato de concessão da SDM e aos meandros da venda, de 2017, da Quinta do Arco, de que Miguel Albuquerque era co-proprietário, a um alegado fundo do universo do Grupo Pestana - um processo que está sob investigação do DCIAP e no qual o presidente do Governo Regional é um dos principais visados.

O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) confirmou ontem à noite, através de um comunicado na sua página oficial, a realização de buscas a diversos organismos do Governo Regional, à SDM e a outra entidades, num inquérito onde “se investigam factos susceptíveis de integrar a prática de crimes de prevaricação, corrupção e participação económica em negócio”.

O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) revelou que as diligências abrangem não só a Quinta Vigia, sede oficial da Presidência do Governo Regional, como também a Vice-Presidência, a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, a Direcção Regional Adjunta dos Assuntos Parlamentares, Relações Externas e da Coordenação e a Direcção Regional Adjunta das Finanças, para além da SDM, duas sociedades comerciais e ainda duas residências particulares.

Em causa “estão factos relacionados com a adjudicação, por ajuste directo, pelo Governo Regional da Madeira da concessão da administração e exploração da Zona Franca da Madeira à SDM”, indicou o DCIAP. Mas não só. As diligências, que foram executadas pela PJ, têm, igualmente, por objecto “a investigação de uma eventual relação dessa adjudicação com a venda, a um fundo imobiliário, de um conjunto de imóveis onde se encontra instalada uma unidade turística”, acrescenta. Até ao momento não há arguidos constituídos.



DCIAP confirma investigação de eventuais crimes de prevaricação, corrupção e participação económica em negócio.

Investigação à Venda da Quinta do Arco e à concessão da SDM ao Grupo Pestana levam DCIAP a fazer buscas em seis organismos do Governo Regional, à sede da SDM e ainda a duas empresas e duas residências

O caso já tinha vindo a público no ano passado. A investigação foi aberta em 2019 no Funchal, mas a hierarquia do Ministério Público, com a concordância da procuradora-geral da República, decidiu transferir a tutela do inquérito para o DDCIAP, em Lisboa.

Em causa estaria então a relação entre negócios privados imobiliários de Miguel Albuquerque e o ajuste directo da concessão da Zona Franca da Madeira ao Grupo Pestana, um assunto que veio a público em Dezembro de 2019.

No cerne da questão está o negócio da unidade de Turismo Rural, situada na costa norte da ilha da Madeira, no Sítio da Lagoa - Arco de São Jorge, equipada com piscinas exteriores, com destaque para o roseiral com mais de 1.700 espécies de rosas. Um empreendimento que teria sido vendido em 2017 a um fundo alegadamente do universo do Grupo Pestana, no mesmo ano em que foi renovada a concessão do CINM ao Grupo Pestana, tendo o

Estado passado a ser o sócio maioritário.

Ao longo do dia de ontem, os inspectores da PJ e os procuradores do MP estiveram a consultar documentação nos vários gabinetes públicos da tutela do Governo Regional e, em simultâneo, nas empresas e sociedades, confiscando e fotografando material documental para a investigação e para memória futura.

Segundo noticiou o jornal Expresso, foram consultadas todas as deliberações tomadas pelo Governo Regional desde 1987, altura em que foi concessionado o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e que foi constituída a SDM, que gere a concessão e que tem como accionistas o Governo Regional e o próprio Grupo Pestana. As buscas foram feitas no âmbito do processo 455/19.OT9FNC, estando relacionadas com a investigação de que Miguel Albuquerque é alvo por ter vendido em 2017 a Quinta do Arco a um fundo do universo do Grupo Pestana.

SDM CONVICTA DA “LEGALIDADE E BOA FÉ”

■ A administração da SDM, presidida por Paulo Prada, empresa concessionária da Zona Franca da Madeira, confirmou as buscas pelo DCIAP de ontem e salienta que “está totalmente à disposição das autoridades no sentido de contribuir para o esclarecimento da verdade dos factos, como demonstrou durante a diligência hoje [ontem] realizada”.

“A SDM reafirma a sua conduta transparente em todos os actos por si praticados e considera a investigação em curso como

uma excelente oportunidade para que se conclua da legalidade e boa fé com que a SDM sempre actuou no processo que conduziu à adjudicação da concessão do Centro Internacional de Negócios da Madeira”, lê-se no comunicado.

Grupo Pestana nega deter Fundo que comprou Quinta do Arco

Uma versão que foi ontem negada pelo próprio Grupo Pestana que garantiu que o Fundo de Investimento Imobiliário Património Crescente que comprou os prédios da Quinta do Arco de São Jorge não pertence ao seu universo empresarial.

Fonte do grupo madeirense garante ao DIÁRIO que o mesmo Fundo “só tem relação com Grupo Pestana de proprietário para inquilino como tem relativamente a outros hotéis do Grupo Pestana, como outros fundos têm em relação a outros hotéis geridos pelo Grupo Pestana”, pelo que considera abusiva a ligação que está a ser feita na notícia que marca a actualidade entre o contrato de concessão relativo à gestão do Centro Internacional de Negócios e a unidade hoteleira.

“Jamais o Grupo Pestana, alguma das suas sociedades ou algum dos seus administradores, teve ou tem alguma unidade de participação no fundo. E do que sabemos, do que vimos no site do fundo, que é o maior fundo de investimento imobiliário português (tem cerca de 150 prédios que valem 850M€) o fundo tem 20.000 titulares de unidades de participação (sócios). O Grupo Pestana jamais foi ou é accionista da sociedade que gere o fundo, que se chama Square Asset Management”, refere a mesma fonte.

De resto, o Grupo Pestana não comenta “as buscas feitas pela PJ a instalações do governo madeirense e à Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), relacionadas com a adjudicação da concessão de exploração da Zona Franca.

Governo Regional espera “celeridade na investigação”

O Governo Regional reagiu ontem à noite, afirmando esperar “celeridade na investigação” ao contrato de concessão do Centro Internacional de Negócios, que desencadeou as buscas.

“O Governo Regional apenas espera celeridade na investigação, para que a verdade dos factos seja apurada e para que quaisquer dúvidas - ainda que vergonhosamente suscitadas por denúncias anónimas e com propósitos de baixa política claramente identificados - sejam devidamente esclarecida”, lê-se no comunicado distribuído pelo gabinete da Presidência do Executivo da Madeira.